

## A HISTÓRIA CULTURAL E AS FONTES DE PESQUISA

Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira  
Pontifícia Universidade Católica do Paraná

### RESUMO

Na primeira metade do século XX, a história “abriu-se” para as demais ciências, com uma proposta de diálogo interdisciplinar. O campo historiográfico, então, sofreu mudança significativa, obrigando os historiadores a reconsiderar o conceito de fontes, para além daquelas predominantemente documentais, na pesquisa em história. Sobre essas fontes de pesquisa incide a reflexão, considerando-se a contribuição que os avanços tecnológicos trazem à coleta de dados, em particular, na história oral. Do ponto de vista metodológico, trata-se de estudo de caso, com caráter bibliográfico, que traça uma retrospectiva da história cultural, enfatizando as possibilidades de uso da história oral. Como aporte teórico, foram consultados estudos de Ribeiro (2003), Pesavento (2005) e Alberti (2005). Os resultados apontam para possibilidades de utilização da história oral na pesquisa em história cultural.

Palavras-chave: história cultural; história oral; tecnologias.

## CULTURAL HISTORY AND THE SOURCES OF RESEARCH

### ABSTRACT

In the first half of the twentieth century, history opened itself to the other sciences, proposing an interdisciplinary dialogue. The historiographical field so underwent significant change, compelling historians to review the concept of sources in history research beyond those predominantly documentary. Reflection focuses on these research sources, considering the contribution that technological advances bring to data collection, in particular, in oral history. From the methodological standpoint this is a case study of bibliographical nature that traces a retrospective of cultural history, emphasizing the possibilities of using oral history. Studies from Ribeiro (2003), Pesavento (2005) and Alberti (2005) served as theoretical ground. The results point out to possibilities of using oral history in cultural history research.

Keywords: cultural history; oral history; technologies.

### Introdução

A partir da definição de um novo tipo de história, no século XX, ocorreu uma mudança radical do historiador em relação ao passado. Nessa mudança, a noção de objetos, problemas e abordagens foi ampliada, possibilitando-se um tratamento interdisciplinar da história com ciências como a antropologia, a psicologia, a linguística, a arqueologia, a sociologia e a economia, entre outras. De acordo com a nova concepção, caberia ao historiador a responsabilidade de reconstruir o fato histórico, o que trouxe à discussão a questão da subjetividade e da utilização de novas fontes de pesquisa. Trabalhar com a oralidade, nesse particular, é significativo, uma vez que permite que sejam criadas fontes, com o auxílio de pessoas que vivenciaram os fatos, o que possibilitará uma leitura em profundidade dos temas estudados. Acrescente-se que, nos dias de hoje, o avanço

tecnológico tem facilitado ao historiador produzir documentos com o uso de equipamentos audiovisuais de alta precisão, contribuindo sobremaneira para a pesquisa histórica.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as possibilidades abertas pela história cultural em relação à utilização de fontes de pesquisa em história. Justifica-se o estudo em face da diversidade de fontes que podem ser utilizadas, sobretudo em função dos avanços tecnológicos disponíveis. Assim, parte-se de uma retrospectiva da história cultural, no contexto da historiografia mundial, a partir da qual novas temáticas passaram a constituir o objeto de investigação da história cultural. Na sequência, é tratada a história oral, cujas histórias temáticas e de vida têm dado suporte a pesquisas históricas sobre mobilidade social, vidas de professores, organização da escola, migrações, mulheres, jovens, entre outras. Quanto à história oral, inserida numa abordagem qualitativa, são discutidos aspectos de sua aplicação, bem como da análise e interpretação das entrevistas.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de estudo de caso com caráter bibliográfico, apoiado em obras de autores referenciais como Chartier (1990), Ribeiro (2003), Pesavento (2005), Alberti (2005) e Castanho (2006).

Os resultados apontam para diferentes possibilidades de utilização de fontes na pesquisa, com ênfase na história oral, a partir das contribuições da história cultural.

### **A História Cultural: retrospectiva**

A história, tradicionalmente, “ocupa-se, de um lado, com as bases materiais e sociais da existência humana, e de outro, com as idéias mediante as quais os homens representam essa existência”, afirma Castanho (2006, p. 139). Como construção moderna, consolida-se como disciplina científica no século XIX. As mudanças mais representativas em sua historiografia, porém, ocorrem no decorrer do século XX. Para que se possa perceber o alcance das mudanças no campo da história e da historiografia no decorrer do século XX, em especial no período que corresponde aos anos 30-70, é necessário, contudo, que se estabeleça contraste com o século XIX. É nesse período que se registra o abandono das concepções relativas à investigação e à escrita da história que constituíam a tradição europeia, com a convergência, por parte das diversas escolas e correntes historiográficas do século XX, para que a história recuperasse seu sentido antigo de investigação.

No decorrer da primeira metade do século XIX, os historiadores preocupavam-se em escrever histórias nacionais, recuperando os heróis e seus grandes feitos, no objetivo de construir os Estados nacionais e estimular o surgimento da identidade nacional. Jules Michelet (1798-1874), historiador francês, autor da “História da França”, chama a atenção dos historiadores contemporâneos por identificar um agente sem rosto, o povo e as massas, como personagens da história. Esse trabalho de Michelet não o coloca, todavia, como precursor da história cultural, mas significa uma nova postura de trabalhar a história, como bem esclarece Pesavento (2005), de pensar temas e problemas pertinentes ao imaginário, como forma de construção da realidade histórica.

Podem ser considerados precursores da história cultural Jacob Burckhardt, cuja obra “A civilização da Renascença na Itália” (1860) apresenta uma história em que os acontecimentos se diluíam diante da exposição do clima de uma época, das formas de pensar e das mentalidades; Leopold Von Ranke, que buscava um método científico para a história, avançando para fórmulas científicas que influenciaram gerações de historiadores na Alemanha e na França, mas que afirmava a descontinuidade da história, as múltiplas temporalidades e a historicização dos significados; e Johann Gustav Droysen, que se opunha a Ranke, mas entendia que a realidade do passado era inatingível (CHARTIER, 1990).

É, portanto, no século XIX, segundo Bourd e e Martin (1990), *apud* Castanho (2006, p. 140), que a história se instituir  como ciência aut noma, com objetivo específico e método próprio. Nos seus últimos trinta anos, auge do cientificismo, articularam-se o pensamento burguês, nas vertentes do positivismo e do darwinismo social, e o seu contrário dial tico, na obra revolucionária de Marx e Engels. Nos domínios da etnologia e da antropologia, Marcel Mauss e Émile Durkheim, com suas pesquisas sobre povos primitivos contemporâneos, davam destaque às representa es, propiciando uma aproxima o do campo da história com o da antropologia cultural. Em outros contextos, ensaios isolados apontavam para novos caminhos que desembocariam neste novo campo que denominamos história cultural. Assim,   no século XX que a história cultural desabrocha, quer como história das ideias, quer como história intelectual ou ainda como história cultural propriamente dita.

Relembra Pesavento (2005) que, nos anos 30, dois grandes intelectuais tiveram a ousadia da mudança no pensar, em momento tão conturbado pela emergência dos fascismos e da eclosão da guerra mundial: “Walter Benjamin, na Alemanha, e Antonio Gramsci, na Itália, de dentro do pensamento marxista, trilharam outros caminhos de análise”. É certo que, embora não tivessem se conhecido, repensaram suas matrizes de pensamento, interessando-se pela área cultural, que passaria doravante a interessar ao pensamento marxista.

Gramsci, ao dar continuidade   tradi o marxista, elaborou uma teoria ampliada de Estado, entendendo a sociedade como uma organiza o constituída de institui es complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, na busca da garantia da hegemonia de seus interesses (GRAMSCI, 1991). Propôs, assim, uma concep o da cultura e dos intelectuais, interpretando a cultura como conjunto de valores construídos, socializados, legitimados e operacionalizados, a partir de um grupo específico, o dos intelectuais, abrindo espaço para a superestrutura, que se liberta das amarras que mantinha com a infraestrutura, em termos de determina o (GRAMSCI, 1982).

Benjamin, cuja meta era realizar uma espécie de arqueologia da cultura do século XX, por sua vez, trabalhou com o imaginário social de uma época, com imagens que faziam crer, que se substituíam ao real, fazendo os homens viverem no mundo das representa es.

Outros pensadores, entre tantos que contribuíram para a mudança no discurso historiográfico, foram Paul Ricoeur (1994), que discutia a possibilidade de obten o da verdade histórica e de sua finalidade; Roland Barthes, que indagava sobre os traços que distinguiam a narrativa histórica da ficcional; Edward P. Thompson (1987), historiador inglês que alargou o conceito de classe social, entendendo-a em seu mundo cultural e resgatando a dimensão do empírico na pesquisa histórica; Norbert Elias (2001), que estudou a confluência entre a sociogênese e a psicogênese, incluindo a forma o do sentimento; Ernst Gombrich (1994) e Erwin Panofsky (1991), que trabalharam as imagens pictóricas vendo nelas vida, sentimentos, valores. Esta rela o se refere aos autores mais conhecidos no Brasil, cujas obras foram sendo traduzidas e estudadas pelos intelectuais que participavam do processo de abertura política do país, décadas depois.

No mesmo período, o panorama historiográfico francês passava por desdobramentos que iam da revista “Les Annales d’Histoire  conomique et Sociale”, fundada em 1929, por Marc Bloch e Lucien Febvre,   história das mentalidades, pela qual se chegaria   história cultural francesa contemporânea, segundo explica Vainfas (1997).

Em sua crítica   historiografia tradicional, Bloch e Febvre tinham por objetivo substituir-la por uma história que contemplasse todas as atividades humanas e atingisse outras áreas do conhecimento. Mais preocupada com os aspectos estruturais do que com os

narrativos, a nova história buscava novos objetos de pesquisa. Segundo Constantino (2004, p. 49), o objeto da ciência histórica deixava de “ser simplesmente alcançado pelas fontes para ser construído pelo historiador, a partir das demandas do seu presente”, modificando a relação do historiador com o passado.

A constituição da história das mentalidades, que se conformou no primeiro período das “*Annales*”, sua perspectiva globalizante com Fernand Braudel e o terceiro período da escola, caracterizado pela recusa aos referenciais marxistas, substituído pela busca dos arquivos e pela coleta sistemática de dados, são descritas por Cardoso e Vainfas em sua obra “*Domínios da história*” (1997), cuja análise, no momento, foge à proposta deste trabalho. Vale mencionar, no entanto, que para estes autores, além da amplitude dos objetos, a nova história enfatizou “[...] a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica” (CARDOSO e VAINFAS, 1997, p. 22).

Peter Burke (2008), em “O que é história cultural?”, trata da relevância da grande diáspora para a estruturação e ascensão da história cultural na Europa, destacando que a ideia de “cultura popular” ou *Volkskultur*, originada na Alemanha, no final do século XVIII, só na década de 1960 é que foi retomada pelos historiadores acadêmicos alemães.

No último quartel do século XX, marcada por uma incrível pluralidade de denominações e de ênfases, a história cultural enfrentava novos desafios. Era evidente uma linha de tensão entre os historiadores que de algum modo relacionavam o universo das ideias com o de sociedade e aqueles que trabalhavam as ideias a partir do conceito de mentalidade e das representações. Os primeiros, referindo-se às ideias contextualizadas; os segundos, voltados para o texto que servia de suporte. Tal situação tornou difícil o diálogo entre a história cultural e o marxismo. Cientes disso, autores como Goldmann (1967) e Jameson (1992), passaram a se preocupar com essa interlocução. Em área ambígua entre o textualismo e o contextualismo, situam-se Chartier (1990) e Bourdieu (1987), ambos com tendência a dar primazia ao texto, que, em 1997, com Foucault, se expande.

De acordo com a nova tendência, voltada à história como narrativa, firmava-se a ideia de que tudo poderia ser história, que surgia como o resultado de uma interrogação feita pelo historiador, misturando-se com a ficção.

Na segunda metade dos anos 90, comenta Pesavento (2005, p. 37), “o campo da História já se achava afetado por questionamentos tão profundos que se podia falar, verdadeiramente, de uma busca de novos paradigmas explicativos da realidade”. De um lado, a história moderna, com método e procedimentos sólidos de investigação nos arquivos. De outro, a história pós-moderna, sem nenhum referencial teórico de análise, sem racionalidade.

A história havia se transformado em uma disciplina com campo de abrangência muito vasto, abrangendo:

[...] a história da cultura material e do mundo das emoções, dos sentimentos e do imaginário, assim como o das representações e imagens mentais, da cultura da elite ou dos grandes pensadores - história intelectual em sentido estrito -, e a da cultura popular, a da mente humana como produto sóciohistórico - no sentido vigotskiano - e a dos sistemas de significados compartilhados - no sentido geertziano -, ou outros objetos culturais produzidos por essa mesma mente e, entre eles, - por que não? - a linguagem e as formações discursivas criadoras de sujeitos e realidades sociais. Tudo isso, ademais, não a partir de uma perspectiva fragmentada, mas conectada e integrada (VIÑAO FRAGO, 1995, pp. 64-65).

Na visão de Lombardi *et al.* (2006), porém, é Ronaldo Vainfas (1997) quem consegue melhor identificar três maneiras distintas de tratar a história cultural. Para tanto, Vainfas parte da recusa de um conceito vago, ambíguo e impreciso de mentalidades, valorizando o cotidiano, a micro-história; da predileção pelo informal e pelo popular, distanciando-se da história dos “grandes pensadores”; da preocupação em resgatar o papel das classes sociais e do conflito social; e da possibilidade de a história cultural apresentar caminhos alternativos para a investigação histórica. Apresenta, então, as maneiras pelas quais a história cultural poderia ser tratada:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Carlo Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural presentes quer em trabalhos de reflexão teórica, quer nas suas pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa quinhentista.
2. A história cultural de Roger Chartier, historiador vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa - particularmente os conceitos de representação e de apropriação expostos em seus estudos sobre ‘leituras e leitores na França do Antigo Regime’.
3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das ‘classes populares’, na Inglaterra do século XVIII (VAINFAS, 1997, p. 148).

Como se percebe, a história cultural envolve historiadores com posturas tão diferentes como Thompson (1987), Chartier (1990) e Ginzburg (1991), numa reviravolta em termos de abordagem cujos frutos serão colhidos mais tarde.

A questão epistemológica da história cultural estaria centrada no conceito de cultura como objeto de investigação, no estudo das representações sociais, das práticas culturais e do processo de apropriação. As representações construídas sobre o mundo não só se colocariam no lugar do mundo, como fariam com que os homens percebessem a realidade e a partir delas pautassem sua existência. Seriam elas as geradoras de condutas e práticas culturais e sociais. Caberia à história cultural resgatar representações, construindo uma representação sobre o que já foi representado. A esse conceito, outro seria anexado: o de imaginário, como “um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que os homens, em todas as épocas, construíram para si, dando sentido ao mundo” (PESAVENTO, 2005, p. 43). O imaginário comportaria as crenças, mitos, ideologias, valores, construindo identidades e exclusões, hierarquizando, dividindo, apontando semelhanças e diferenças sociais, organizando o mundo, produzindo a coesão ou o conflito. Partindo dessas reflexões, a metodologia de pesquisa que mais se adequaria à história cultural seria a fenomenologia, à qual incumbiria descrever, e não explicar nem analisar (TRIVIÑOS, 2006, p. 43). Não haveria interesse em colocar em relevo a historicidade dos fenômenos, desde que estes, submetidos à redução fenomenológica, se manifestassem em toda sua pureza.

O importante, na opção de pesquisa, é que o pesquisador mantenha coerência entre sua concepção de mundo e o quadro teórico que lhe serve de apoio. O prefácio da “Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais”, de Augusto N. S. Triviños é elucidativo a respeito:

Devemos ser claros, porém, que a necessidade de colocar nossos pontos de vista neste livro deve-se, primordialmente, a uma realidade que muitas vezes constatamos: a confusão, a mistura, o ecletismo, que guiam muitas das pesquisas que repousam nas prateleiras das bibliotecas do ensino

superior, e que fazem delas um conjunto de idéias sem a amarra de conceitos centrais orientadores (TRIVIÑOS, 2006, p. 13).

Com base nos conceitos centrais orientadores da história cultural, a memória de um indivíduo comum “pode ser investigada como se fosse um microcosmo de uma camada social inteira em um determinado período histórico”, como ensina Ginzburg (1991, p. 22). No tópico a seguir, trataremos da história oral como fonte em pesquisa.

### A História Oral

A história oral, explica Alberti (2005, p. 155), “permite o registro de testemunhos e o acesso a ‘histórias dentro da História’ e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado”. Esse termo [história oral], como observa Fraser (1993, p. 80), “se presta a confusão, porque parece que quer ser uma disciplina distinta, [...], quando de fato é uma técnica para a investigação histórica”. No entanto, sua utilização se explica porque quando os historiadores começaram a entrevistar testemunhas e atores diretos para obter informações não incluídas nos arquivos documentais, nos textos impressos ou em documentos oficiais, optaram por definir a nova atividade como “história oral”, conforme argumenta De Garay (1999).

No Brasil, a história oral passou a ser estudada e utilizada a partir de 1975, quando foi realizado o I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), formado por representantes de quatro instituições: a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional, a Fundação Getúlio Vargas e o Instituto de Bibliografia e Documentação, como narra Alberti (2005, p. 160). Já ao longo da década de 1980, núcleos de pesquisa e programas de história oral voltados para diferentes temas e objetos de estudo foram se formando em instituições de pesquisa, somando-se vinte e uma delas ao seu final. De lá para cá, a história oral consolidou-se e disseminou-se no país.

A utilização da história oral como procedimento decorre do fato de poder ser empregada em pesquisas sobre temas recentes, ao alcance da memória dos entrevistados, envolvendo acontecimentos ocorridos num espaço de aproximadamente 50 anos. Consiste, portanto, “na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2005, p. 155). Com o advento das novas tecnologias, a história oral conta com o suporte de gravadores de som, câmaras fotográficas e de vídeo disponíveis em diversos equipamentos, além do uso do computador, para o registro dessas entrevistas. Um bom programa informático poderá auxiliar no processo de análise de dados qualitativos, facilitando as rotinas que lhe são inerentes. Dentre os *softwares* disponíveis, o ATLAS/ti tem sido dos mais utilizados, por propiciar a análise qualitativa de grande volume de dados textuais, sonoros e visuais.

No que se refere ao tipo de entrevista, a história oral admite a realização de entrevistas temáticas ou de história de vida. As entrevistas temáticas dizem respeito à participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto que as histórias de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, envolvendo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, mencionando diversos acontecimentos que presenciou ou vivenciou. De um modo geral, a história oral, em seus dois formatos, tem dado suporte a pesquisas históricas sobre mobilidade social, vidas de professores, organização da escola, migrações, mulheres, jovens, entre outras.

Para a realização das entrevistas, além das providências preliminares relativas ao convite e à cessão de direitos sobre o depoimento para uso dos dados na pesquisa, são necessários equipamentos de gravação e reprodução de áudio e vídeo. De acordo com os especialistas, a vantagem na escolha de equipamentos digitais, sejam eles sonoros ou audiovisuais, é a qualidade de reprodução do som e da imagem. Se tempos atrás a aquisição desses aparelhos apresentava alguma dificuldade, hoje os *smartphones* e *tablets* realizam essa tarefa com sucesso. O número de entrevistados será de ordem a permitir a possibilidade de comparar as diferentes versões sobre o passado, tendo como contraponto permanente o que as fontes existentes já mencionam sobre o assunto. Quanto maior o número de entrevistas realizadas, mais consistente será o material disponível para análise.

Tanto nas entrevistas gravadas como nas filmadas, devem ser tomados todos os cuidados para que o documento não perca sua qualidade técnica, de forma a explorar ao máximo as fontes de conhecimento e reflexão nele contidas. Os procedimentos recomendados pela metodologia da história oral devem ser, também, cuidadosamente observados. É aconselhável que o pesquisador redija notas de campo, que conterão suas reflexões pessoais sobre a atividade, de acordo com os critérios de categorização definidos.

De cada entrevista o pesquisador fará o processamento, que consiste na passagem da entrevista de forma oral para a escrita, compreendendo as etapas de transcrição, conferência de fidelidade da transcrição e copidesque. Essas tarefas são demoradas e “requerem dedicação, paciência e sensibilidade”, como alerta Alberti (2004, p. 173-174).

A transcrição constitui a primeira versão escrita do depoimento, consistindo em traduzir para a linguagem escrita aquilo que foi gravado, com absoluta fidelidade. Segue-se-lhe a conferência de fidelidade da transcrição, que será realizada escutando-se o depoimento e ao mesmo tempo lendo-se sua transcrição. É a oportunidade para que sejam corrigidos erros, omissões e acréscimos feitos indevidamente pelo transcritor. Estima-se uma média de cinco horas de trabalho de conferência de fidelidade para uma hora de gravação.

Na etapa do copidesque, submete-se a entrevista a um último tratamento para que possa ser consultada em sua forma escrita. Observa Alberti (2004) que:

Não se trata de aprimorar a forma de enunciar as ideias para alcançar uma linguagem mais elaborada. Ao contrário: porque o documento de história oral guarda uma especificidade que o distingue de outras fontes, convém preservar as características da linguagem falada (ALBERTI, 2004, p. 214).

No copidesque estarão mantidas as informações de que o pesquisador necessitará para fazer a análise das fontes produzidas. Os depoimentos orais e os documentários serão utilizados como discursos a serem decifrados, com o auxílio das técnicas de análise do discurso. A análise do discurso deverá considerar as condições de produção do discurso, a noção de tempo e espaço histórico, traduzindo a expressão dos sujeitos no mundo que explicita sua identidade. Para Bardin (2011), a análise de conteúdo pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Desta forma, a análise de conteúdo permite ir além da simples descrição do conteúdo, passando à interpretação nele contida. As preocupações que o investigador deve ter presentes, no que se refere à aferição da validade interna das categorias que emergirem dos depoimentos, estão bem retratadas por Ribeiro:

Em primeiro lugar, deve assegurar-se da sua *exaustividade* e *exclusividade mútuas*, isto é, cada categoria deve abranger a totalidade dos significados possíveis como ela relacionados, pelo que se recomenda a sua definição rigorosa, para evitar a ambiguidade e sobreposição entre categorias decorrente do facto de um elemento poder ser classificado em mais do que uma delas. [...]

Por outro lado, o investigador deve prosseguir objetivos de procura de *objectividade* e *fidelidade* das categorias, procurando reduzir, na medida do possível, os efeitos de subjectividade na classificação e codificação do material em análise (variação temporal e intercodificadores dos juízos).

A *pertinência* e a *produtividade* das categorias são qualidades igualmente importantes a ter em conta (RIBEIRO, 2003, p. 285-286).

Ao beneficiar-se de ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das ciências humanas, como a antropologia, a psicologia, a sociologia, a linguística, por exemplo, o trabalho com a história oral assumiu a forma interdisciplinar por excelência. A preocupação central da história oral, destaca Ferreira (2002, p. 328), “é garantir o máximo de veracidade e de objetividade nos depoimentos orais produzidos”. As entrevistas e os depoimentos visuais analisados possibilitarão reunir elementos para realizar a contraprova e excluir eventuais distorções identificadas.

Por sua característica subjetiva, a história oral privilegia o estudo das representações e atribui um papel central às relações entre memória e história. Observe-se que a entrevista em si não é história, é apenas uma fonte que, como todas as demais fontes, necessita ser interpretada e analisada. Só após a análise do historiador é que os depoimentos orais serão transformados em fontes, e as fontes em documentos históricos. Repetindo Marc Bloch (2003, p. 107), “A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar-nos sobre ele”. Com apoio em Le Goff (2003, p. 110), faz-se necessário observar que “Todo o documento é um monumento que deve ser des-estruturado, des-montado”, para que o historiador possa discernir o que é falso e avaliar a credibilidade do documento. Cabe ao historiador fazer a crítica do documento enquanto monumento, analisando suas condições de produção, indo além dos documentos, avançando na busca de relações, intenções e condições. Acrescenta Le Goff:

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento (LE GOFF, 2003, p. 547-548).

Quando o pesquisador se interessa em ter acesso a interações e documentos em seu contexto natural, abstendo-se de formular hipóteses no início para depois testá-las e



partindo da ideia de que os métodos e a teoria devem ser ajustados àquilo que se estuda, ele realiza uma pesquisa qualitativa.

Bogdan e Biklen (1994) apresentam cinco características básicas da pesquisa qualitativa, que se aplicam à história oral:

- A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento: para se fazer uma pesquisa qualitativa, o pesquisador deve estar em contato com o que está estudando e o ambiente em que está sendo realizada a pesquisa.
- Os dados coletados são predominantemente descritivos. O pesquisador deve recolher o maior número possível de fontes e documentos para confirmar suas afirmações, e deve também levar em conta todo e qualquer questionamento que venha surgir durante a pesquisa.
- A preocupação com o processo é muito maior do que com o produto: o pesquisador tem interesse em verificar o problema e como ele se manifesta.
- O significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador: o pesquisador deve levar em conta o ponto de vista dos participantes da pesquisa, tomando sempre o cuidado de confirmá-los.
- A análise dos dados tende a seguir um processo indutivo. A busca das conclusões segue um processo indutivo, a partir do desenvolvimento da pesquisa, articulando os dados obtidos sem que os sujeitos da pesquisa prendam-se a hipóteses previamente concebidas.

O uso de fontes orais traz, portanto, como contrapartida, uma série de problemas derivados da subjetividade da memória, como seu caráter de incompletude, de variabilidade, de credibilidade. As implicações teóricas e epistemológicas que acarretam são diferentes daquelas produzidas pelas fontes adotadas numa história positivista. Em face dessas características, a análise qualitativa acarreta consequências em nível metodológico, analisadas por Carrasco (2002) e que resumimos conforme segue:

- O conhecimento não representa uma soma de fatos definidos por constatações imediatas do momento empírico. A interpretação é um processo no qual o investigador integra, reconstrói e representa em diversos indicadores produzidos durante a investigação, os quais não terão nenhum sentido se forem tomados de uma forma isolada como constatações empíricas. O sujeito, como tal, produz ideias ao longo de toda a investigação, em um processo permanente, no qual estão presentes momentos de integração e continuidade em seu próprio pensamento, sem referenciais identificáveis no momento empírico.
- O caráter interativo do processo de produção do conhecimento é uma dimensão crucial, no estudo dos fenômenos humanos, o que destaca a importância do contexto.
- A singularidade na investigação da subjetividade como nível legítimo da produção do conhecimento implica uma importante significação qualitativa, constituindo-se como uma realidade diferenciada na história da constituição do indivíduo.

A investigação qualitativa é, assim, um processo permanente de produção de conhecimento, apresentando resultados parciais, que se integram a outros, dando lugar a novas perguntas e abrindo novos caminhos na produção do conhecimento. O enfoque teórico, nesse processo, é relevante, considerando-se que a história oral se situa em uma zona de fronteira entre a própria cientificidade e o mundo real, entre a memória produzida pelos historiadores e as memórias individuais.

No contexto da investigação qualitativa, “em resposta a preocupações com a validade interna e externa dos dados produzidos”, conforme recomenda Ribeiro (2003, p. 287), “podem ser acionadas estratégias múltiplas de pesquisa, quer ao nível do recurso a mais do que um investigador, quer ao nível da diversificação das fontes ou dos métodos e técnicas de informação”, combinação essa designada, habitualmente, por triangulação.

### Considerações Finais

Os anos posteriores à segunda guerra mundial representaram, no desenvolvimento da historiografia contemporânea, uma verdadeira revolução, paralela e conexas com fenômeno análogo ocorrido nas ciências sociais e nas ciências em geral. O surgimento da história cultural, em oposição à história positivista tradicional, propiciou uma revisão sobre as fontes históricas, que não mais se restringiram aos documentos escritos, valorizando caminhos alternativos para a investigação histórica, dentre os quais se situa a história oral, com a realização de entrevistas ou de histórias de vida.

Centrada no conceito de cultura como objeto de investigação, a história cultural trata das representações sociais, das práticas culturais e do processo de apropriação, áreas em que a participação dos sujeitos que as vivenciam é fundamental. Nesse sentido, a história oral possibilita uma coleta de dados que, submetidos ao procedimento de triangulação para sua validação interna e externa, analisados e interpretados pelo historiador, permite a reconstrução dos fatos históricos.

A história oral, subsidiando a pesquisa em história cultural, exige procedimentos e cuidados tanto na escolha dos entrevistados como nos processos subsequentes, que culminam com sua utilização na narrativa. Atualmente, esses procedimentos vêm sendo facilitados pela tecnologia que, disponibilizando equipamentos digitais avançados e com múltiplas funções, coloca ao alcance do pesquisador recursos que até então exigiam esforços, tanto no sentido de sua aquisição quanto de sua utilização.

Por último, considerando as limitações deste trabalho, entendemos que seu aprofundamento se encaminha para uma reflexão sobre questões ligadas à subjetividade no emprego da história oral, aos desafios que a categorização das respostas apresenta, bem como ao tratamento das questões éticas envolvidas na transcrição dos depoimentos.

### Referências

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

\_\_\_\_\_. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BURKE, Peter. *O que é história cultural*. São Paulo: Jorge Zahar, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARRASCO, Ramón F. *Investigación cualitativa: una forma diferente de hacer ciencia. Abordaje del método etnográfico desde el marco de una perspectiva cualitativa de la investigación*. México: Escuela de Ciencias de la Educación, 2002.

CASTANHO, Sérgio E. M. Questões teórico-metodológicas de história cultural e educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Lívia Diana Rocha (Orgs.). *História, cultura e educação*. São Paulo: Autores Associados, 2006.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONSTANTINO, Nuncia Santoro de. Teoria da história e reabilitação da oralidade: convergência de um processo. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.). *A aventura (auto)biográfica – teoria & empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 37-74.

DE GARAY, Graciela. La entrevista de historia oral: monologo ou conversação? *Revista Electrónica de Investigación Educativa*, UABC: México, n. 1, 1999.

ELIAS, Norbert. *A sociedade da corte*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, 12, 314-332, 2002.

FRASER, Ronald. La historia oral como historia desde abajo. *Ayer*, 12, 1993,

GINZBURG, Carlo. Chaves do Mistério: Morelli, Freud e Sherlock Holmes. In: ECO, Umberto & SEBECK, Thomas A. *O signo de três*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

GOLDMANN, Lucien. *Dialética e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOMBRICH, Ernst H. *Para uma história cultural*. Lisboa: Gradiva, 1994.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei; CASIMIRO, Ana Palmira Bittencourt Santos; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Orgs.). *História, cultura e educação*. São Paulo: Autores Associados, 2006.

PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & história cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RIBEIRO, José da Silva. *Métodos e técnicas de investigação em Antropologia*. Lisboa: Universidade Aberta, 2003.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papyrus, 1994.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. História das mentalidades e história cultura. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.127-162.

VIÑAO FRAGO, Antonio. História da educação e história cultural: possibilidades, problemas e questões. *Revista Brasileira de Educação*, 0, p. 63-82, 1995.

Recebido: março-14

Aprovado: novembro-14